

D.Met
29/11/78

“Carta Aberta” alarga horizontes com reforço de direcções sindicais

O plenário das direcções sindicais subscritoras e aderentes aos princípios do Movimento da Carta Aberta, reunidos no sábado e no domingo, num anfiteatro da Faculdade de Letras de Coimbra, aprovou as linhas de actuação imediatas com vista á concretização daqueles, através da participação activa dos trabalhadores portugueses.

Aquelas linhas de actuação estão contidas numa proposta-base da Comissão de Redacção, aprovada com algumas alterações, tendo sido igualmente definido como acção imediata o alargamento da actuação das Comissões Distritais Dinamizadoras a todo o território continental e insular, o estreitamento de relações com as classes trabalhadoras das ilhas e a defesa dos princípios e da prática decorrentes da Carta Aberta em todas as reuniões participadas por trabalhadores, «desmistificando sistemática e coerentemente a prática do secretariado da Intersindical».

Nas tarefas de implantação de sindicatos por sector de actividade registou-se a decisão da proposta de formação de grupos interprofissionais de militantes sindicais democráticos, competindo a constituição de sindicatos por sector aos Conselhos Regionais e Nacionais por sector, aos quais caberia aprovar os estatutos.

O plenário recusou-se a aprovar qualquer decisão que pudesse dar ao classificar a estrutura ou organização sindical, coerente com o seu estatuto de «um grupo de direcções sindicais que rejeita qualquer semelhança com a central sindical paralela».

Foi preconizada uma «autónoma reformulação do Movimento Sindical a médio prazo», para o que se aprovou o desenvolvimento de «correctas alternativas de carácter imediato», tendo em conta que não estão criadas condições, pela Intersindical, a generalidade dos trabalhadores sindicalizados, de manifestarem colectiva e maioritariamente a expressão da sua vontade.

Uma proposta para participação dos sindicatos democráticos no Congresso da Intersindical, com o fim de o utilizar como tribuna de defesa dos princípios da Carta Aberta, foi rejeitada.

O plenário aprovou que os sindicatos presentes que ainda não se tenham definido em relação á participação no «Congresso da Intersindical» levem a efeito, junto dos trabalhadores, referendos com o objectivo de obter o «sim» ou o «não» áquela participação, divulgando amplamente, junto de toda a massa

trabalhadora portuguesa, os resultados verificados.

A discussão das linhas de actuação imediata com vista á concretização, através da participação activa dos trabalhadores portugueses, dos princípios decorrentes da Carta Aberta, mereceu vivas intervenções de quase todas as 31 direcções sindicais participantes que, dentro da coerência daqueles princípios, rejeitaram a criação de uma central sindical paralela e apontaram, essencialmente, para a dinamização dos trabalhadores, de todos os sindicatos, integrados ou não na Intersindical, para a formação de uma central unica, independente, democrática e verdadeira.

As tónicas dominantes da discussão, incidiram, especialmente sobre a necessidade de «desmontar a horizontalidade sindical fascista, corporativa e salazarista, aproveitada pela Intersindical», as vantagens da participação ou não no «Congresso da Intersindical» com o estatuto de observadores e o trabalho de informação e esclarecimento, no interior de todos os sindicatos, com vista á unidade dos trabalhadores, dentro da verdadeira central sindical de todos os trabalhadores portugueses.

Foi salientada a necessidade de definição clara da linha político-sindical do Movimento da Carta Aberta, dados alguns dos objectivos a que se propõe, como sejam a construção da Central Sindical unica e democrática e a realização de um congresso que seja de todos os sindicatos democráticos.

Um princípio largamente defendido na reunião foi a clara prática da democracia sindical que, á partida, não deve albergar qualquer intuito de «destruir a Intersindical» ou qualquer outra instituição, mas antes demonstrar, até aos aderentes daquela central, a justeza e a verdade do Movimento da Carta Aberta. Esta posição sofreu, no entanto, alguma contestação.

Análise da situação sindical

Uma denuncia veemente da estrutura, processos e objectivos da Intersindical, que foi acusada, claramente, de contar «com apoios externos ao país», reuniu o consenso das direcções sindicais presentes, que apontaram ainda á Intersindical a utilização de «práticas de marginalização» dos sectores sindicais que a ela não estão enfeudados e de minar grande numero de sindicatos utilizando «técnicas golpistas» em assembleias gerais, de maneira a fazer vincular a si direcções sindicais, obrigadas por minorias activistas.

Muitas intervenções reflectiram também a não representatividade da Intersindical, a nível de grande massa trabalhadora, dos reais interesses dos trabalhadores que não querem ser tutelados por «uma máquina burocrática sindical cupulista e dirigista».

As acusações «repetidamente feitas pelo aparelho burocrático da Intersindical» ao Movimento da Carta Aberta, nomeadamente «os seus objectivos divisionistas e a sua servidão ao patronato, a forças partidárias e á CIA» foram unânimesmente repudiadas e devolvidas.

Ainda no ponto de apreciação da actuação da Intersindical, vários oradores referiram «práticas de oferta de dinheiro á dirigentes sindicais e á sindicatos, nomeadamente nos Açores, para se lhe aderirem e participarem no Congresso».

Não á central paralela

Algumas chamadas de atenção, em forma de autocritica, foram feitas por diversos dirigentes que reconheceram ter havido, até agora, por parte da CA pouca mobilização dos trabalhadores que, em grande maioria, não têm aderido nem aceiteado a prática e a estrutura da Intersindical e «andam á deriva» á espera de indicações objectivas que lhes permitam uma participação na luta pelos seus reais interesses.

Uma ideia fundamental, no entanto, foi comum a todas as intervenções: rejeição clara e definitiva de quaisquer medidas que levem á institucionalização de uma nova central sindical, paralela ou concorrente. Uma central unica, democrática e independente é o objectivo de todos os trabalhadores.

A propósito da procura de unidade dos trabalhadores, a mesa do plenário esclareceu que «contra o que a Intersindical possa dizer», a CA é discutida no Alentejo e nas cinturas industriais, estando já marcadas cerca de 50 sessões de esclarecimento na região alentejana.

Foi reafirmado o repudio por qualquer actuação partidária no seio da Carta Aberta, recusando

qualquer semelhança com os processos da Intersindical, allas denunciados unânimesmente.

Alargada a Comissão da Redacção

A mesa que dirigiu os trabalhos do plenário foi constituída por José Luis Gaspar (Escritórios de Lisboa), Victor Gonçalves (Bancários do Sul e Ilhas) e José Viana (Escritórios do Porto), e estiveram presentes os Sindicatos da Panificação de Faro, Escritórios de Lisboa, Engenheiros-Técnicos do Norte, Bancários do Sul e Ilhas, Hotelaria do Porto, Vila Real e Bragança, Vidreiros de Aveiro, Ajudantes de Despachante, Ceramicos de Aveiro, Escritórios do Porto, Escritórios de Braga, Comercio de Lisboa, Técnicos de Topografia, Escritórios de Coimbra, Professores da Grande Lisboa, Técnicos de Vendas de Lisboa, Técnicos de Vendas do Porto, Escritórios e Comercio de Leiria, Seguros do Norte, Fogueiros do Sul e Ilhas, Rodoviários e Garagens do Porto, Rodoviários e Garagens de Braga, Rodoviários e Garagens de Aveiro, Seguros do Sul, Bancários do Norte, Comissionistas e Delegados de Vendas, Enfermeiros do Norte, Escritórios de Vila Real, Escritórios de Aveiro, Escritórios de Faro e Comissão Pró-Sindical da Camara Municipal de Lisboa, tendo ainda telefonado a dar a sua adesão o de Treinadores de Futebol.

O plenário aprovou o alargamento da Comissão de Redacção da Carta Aberta para novas direcções sindicais, e, face á eleição efectuada, ficou a mesma assim constituída: Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, Escritórios de Lisboa, Escritórios de Faro, Escritórios do Porto, Metalúrgicos de Aveiro, Seguros do Sul, Comercio de Lisboa, Ceramicos de Aveiro e Seguros do Norte.

UNIÃO DOS SINDICATOS DE LISBOA

D.L.x
29/11/78

COMUNICADO

PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES

Depois da aprovação do projecto de regulamento para o Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses; a Comissão Dinamizadora Distrital de Lisboa, a partir do próximo dia 29 (segunda-feira), levará a efeito a discussão dos projectos (estatutos, programa de acção da Intersindical e da Lei Sindical) de todos os Sindicatos Portugueses.

Todos estes documentos estão desde já em poder dos Sindicatos, sendo necessário que todos os trabalhadores, pressionem as suas direcções para a sua ampla e viva discussão, com vista ao reforço da unidade e mobilização dos trabalhadores em torno do seu Congresso (a realizar em 27, 28, 29 e 30 de Janeiro de 1977), já manifestada em centenas de reuniões e plenários.

Dada a transcendente importância para a defesa dos interesses dos trabalhadores de que se reveste a ampla discussão destes documentos, a Comissão Dinamizadora Distrital de Lisboa, apela para os trabalhadores, que nas suas empresas e locais de trabalho marquem reuniões, para a discussão destes documentos e as comuniquem á C.D.D. ou aos Sindicatos com vista a planificarmos com eficiência a satisfação de todas as solicitações, a fim de chegarem á CNOC (Comissão Nacional Organizadora do Congresso) até 28 de Dezembro as alterações, que os trabalhadores acharem necessárias ao enriquecimento dos documentos, na defesa dos seus interesses.

- PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES
- PELO UNIDADE DOS TRABALHADORES
- PELA REESTRUTURAÇÃO DA INTERSINDICAL NACIONAL - CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES

A COMISSÃO DINAMIZADORA DISTRITAL DE LISBOA
Rua Vitor Cordon, 1, 2.º — LISBOA

Voto secreto sobre o Congresso da Inter e reestruturação do movimento sindical

A realização de referendos em cada sindicato com vista a auscultar a vontade dos trabalhadores face à participação no II Congresso da Intersindical — esta uma das mais importantes conclusões a que chegaram os sindicatos aderentes e subscritores da «Carta Aberta», que se reuniram este fim-de-semana em Coimbra.

No decorrer do encontro, foi igualmente aprovada a realização de acções de massas que se destinem a consciencializar os trabalhadores dos perigos do enfeudamento do movimento sindical ao P.C.P., que deverão ser acompanhadas por iniciativas de formação e informação. Por outro lado, apontou-se para uma profunda reestruturação do movimento sindical que, baseado nos princípios unidade-democracia-autonomia, deverá ser constituído por sectores de actividade, a ser definidos e dinamizados por grupos interprofissionais formados por militantes sindicais democráticos. A responsabilização da linha político-sindical representada pelo secretariado da Inter pela situação da cisão no movimento sindical, é acompanhada pelo repúdio do pluralismo sindical, precunizando-se a unidade orgânica com base na liberdade, autonomia e democracia. No que diz respeito ao movimento «Carta Aberta», e ao mesmo tempo que se negou a comparação com uma central paralela, foi deliberado animar as Comissões Distritais dinamizadoras dos princípios decorrentes da «Carta Aberta» e alertar a composição da Comissão de Redacção, para a qual entraram os sindicatos dos Seguros do Norte, Seguros do Sul, Comércio de Lisboa e Cerâmicos de Aveiro, tendo saído o Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações e os Rodoviários do Porto.

Estas deliberações estavam contidas num documento apresentado pela Comissão de Redacção no ponto II da ordem de trabalhos, e que versava as linhas de acção imediata com vista à concretização, através da participação activa dos trabalhadores portugueses, dos princípios decor-

rentes da «Carta Aberta». Antes porém, os 31 sindicatos presentes fizeram uma análise exaustiva e global da situação sindical.

«UM PLENÁRIO HISTÓRICO»

«É óbvio que a Intersindical, apoiada num aparelho burocrático, resiste aparentemente às investidas que lhe possam fazer. Mas, ao fim e ao cabo, diríamos que há-de cair, porque tem pés de barro e não conta com o apoio dos trabalhadores, que cada vez terá menos. Quanto maior fôr o poder burocrático dessa estrutura, menor será o apoio que os próprios trabalhadores lhe dão». — afirmou José Luís Gaspar, no final dos trabalhos, respondendo a uma pergunta sobre se a Intersindical teria resistido melhor que o que se esperaria ao movimento da «Carta Aberta».

Depois de se saber que as conclusões gerais a extrair deste Encontro serão dadas a conhecer no decurso duma conferência de Imprensa que terá lugar em Lisboa na próxima quinta-feira, Vitor Gonçalves, aludindo à forma como decorreram as sessões, afirmou: «Pode ser considerado um plenário histórico e tudo isso agora dependerá da nossa capacidade de levar aos trabalhadores esta discussão, de forma que eles aceitem ou não uma nova organização do movimento sindical, em grandes sindicatos democráticos, em sindicatos autónomas, em defesa de uma verdadeira unidade na base dos próprios sectores da actividade». E acrescentaria: «Nós defendemos que os trabalhadores, organizadamente, dentro dos seus sindicatos, lutem por grandes assembleias de massas, por referendos, por toda uma metodologia prática que leve a obter a posição maioritária dos respectivos trabalhadores, face à actual situação sindical, face a um problema tão grande como é o do II Congresso da Intersindical».

«CARTA ABERTA» EM COIMBRA

Luta 29/11/76

«Quantos mais plenários fazemos menos sindicatos aqui temos»

Os sindicatos afectos à chamada «Carta Aberta» reuniram-se em Coimbra para analisar globalmente a situação sindical»

Num fim-de-semana alucinante — como poderão provar as cadeiras, na sua grande maioria vazias, do anfiteatro 2 da Faculdade de Letras — os representantes de 31 direcções sindicais presentes (algumas com estatuto de observador, outras obrigadas já a participar no Congresso de Todos os Sindicatos) aprovaram dois documentos apresentados pela Comissão de Redacção da Carta Aberta e, no fundamental, decidiram: não criar uma central sindical paralela; reformular o actual movimento sindical através da integração dos actuais sindicatos em novas organizações sindicais por indústrias ou sectores de actividade; proceder a referendos nos respectivos sindicatos para decidir sobre a sua participação ou não no Congresso de Todos os Sindicatos.

Nas longas horas de discussão, que se prolongou pela tarde de sábado e todo o dia de domingo, aconteceu de tudo um pouco: para além dos constantes e inevitáveis ataques à Intersindical (apelidada de totalitária, divisionista e outras coisas mais) e a «o diário» (os desenhos publicados nas nossas páginas irritam solenemente os senhores da Carta Aberta) vieram ao de cima divergências de fundo e de forma entre os diversos participantes. Só para ilustrar: já prestes a terminar, e em face de uma proposta apresentada pelo Sindicato dos Professores da

Grande Lisboa que, em síntese, condenava os despedimentos — moção essa que nem chegou a ser admitida à discussão — gerou-se um grande burburinho, com os sindicalistas da Carta Aberta a chamarem «golpistas» uns aos outros. Vitor Gonçalves, dos Bancários do Sul e Ilhas, a dirigir a reunião, teve que acabar os trabalhos deixando os seus camaradas a esclarecerem-se em voz alta uns aos outros. Já no dia anterior, as referências «às golpadas» existentes no seio da Carta Aberta tinham surgido. O representante da direcção do Sindicato dos Técnicos de Seda, a propósito de um documento apresentado pela mesa, chegou mesmo a dizer que, se não conhecesse as pessoas da Comissão de Redacção da Carta Aberta, «diria que aquilo era um golpe», adiantando que se tivesse sido aquela a primeira vez que vinha a uma reunião da Carta Aberta «já se tinham ido embora...» Por sua vez, e só a título de exemplo, um jovem de carnes secas, cabelo muito curto, óculos muito grossos e «bigode à grande educador», representante do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Leiria, afirmou: «É muito bonito estar para aqui a defender princípios e a definir estratégias — mas o que é preciso é defendê-las na prática. Ora, está provado que temos vindo para aqui discutir e esquecemos um princípio fundamental: a unidade só é possível no seio dos trabalhadores, portanto não tem sentido vir para aqui falar uns com

os outros se não tivermos em conta que esses princípios que definimos são para levar às assembleias gerais, plenários e locais de trabalho. Não percebo porque há que ter medo de levar as questões junto dos trabalhadores. Este jovem, que utilizou uma deliciosa linguagem acabou, no entanto, por pôr o dedo na terda daquela reunião: Se a mesa defendia a não integração na estrutura da Intersindical, por um lado, e a não criação de uma central sindical paralela, por outro, que alternativa ficava para os sindicatos ditos «democráticos» que ali estavam? A resposta, ninguém lhe deu. Nem o representante do Sindicato dos Técnicos de Vendas que, melancolicamente, faria uma auto-crítica ao movimento da Carta Aberta, constatando que «quanto mais plenários fazemos em Coimbra menos Sindicatos aqui temos». No entanto, disse, não era de desanimar. Corrigindo processos, ainda se estava a tempo de arripiar caminho. Mas quem parecia não ter gostado muito desta parte da intervenção foi o inefável e tecnocrático Vitor Gonçalves, que dirigiu o encontro. No final, antes de se retirar para o aristocrático Hotel Astória, onde se hospedara, e depois de anunciar uma conferência de Imprensa para quinta-feira em Lisboa, onde serão apresentadas as conclusões deste encontro, dirigiu ao redactor de «o diário» (que mais uma vez caluniou) que as afirmações do representante dos Técnicos de Vendas eram apenas afirmações pessoais e nada mais...

METALÚRGICOS DE AVEIRO DEIXAM «CARTA ABERTA»

Beirão 29/11/76

Enquanto os cisionistas da chamada «Carta Aberta» se reuniam, com o pouco fôlego que lhes resta, em Coimbra, os operários metalúrgicos do distrito de Aveiro obrigavam a direcção do seu sindicato a retirar-se imediatamente da retenda «Carta», ao mesmo tempo que os empregados de escritório e caixeiros do distrito de Viana do Castelo reafirmavam o seu apoio a Intersindical e ao Congresso de Todos os Sindicatos.

Simultaneamente, marcaram uma assembleia extraordinária para o próximo dia 2 de Janeiro, destinada a analisar a actuação dos actuais corpos gerentes e a decidir a sua destituição.

Com a saída do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, os divisionistas da «Carta Aberta» passam a contar apenas com uma direcção de um sindicato operário (Cerâmicos de Aveiro), largamente contestada pela classe.

«CARTA ABERTA» REÚNE-SE EM COIMBRA

SINDICATOS afectos à Carta Aberta reuniram-se em Coimbra para «analisar globalmente a situação sindical», tendo-se registado apenas a participação de 31 direcções sindicais, algumas com estatuto de observador e outras que declararam já participar no Congresso de Todos os Sindicatos. No decorrer da reunião foi decidido não criar uma central sindical paralela, reformular o actual movimento sindical, com integração dos actuais sindicatos em novas organizações por indústrias ou sectores, e proceder a referendos sobre a participação ou não no referido Congresso de Todos os Sindicatos.

Esta reunião, pouco convulsiva, segundo alguns dos participantes, procede uma outra que está marcada para a próxima quinta-feira, em Lisboa, na qual serão apresentadas as conclusões deste encontro.

Enquanto esta reunião se desenvolvia em Coimbra, os operários metalúrgicos do distrito de Aveiro decidiram «retirar-se imediatamente da Carta Aberta», ao mesmo tempo que os Empregados de Escritório e Caixeiros do distrito de Viana do Castelo reafirmavam o seu apoio à Intersindical e ao Congresso de Todos os Sindicatos.

Por seu turno, o referendo levado a cabo pelo Sindicato Livre dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito de Faro deu a vitória à linha da Carta Aberta, averbando 63 por cento dos votos contados (931).

Capital 29/11/76

«Carta Aberta» vence (63%) nos Escritórios de Faro

Luta 29/11/76

A direcção do Sindicato Livre dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito de Faro viu ratificada, em referendo por voto universal e secreto, a sua adesão aos princípios programáticos enunciados pelo movimento da Carta Aberta. Enquanto 581 trabalhadores (63 % dos votos expressos) apoiaram a Carta Aberta, apenas 325 se mostraram favoráveis à linha preconizada pelo actual secretariado da Inter.

Nas 13 mesas de voto espalhadas pelas principais cidades e vilas do Algarve, a direcção do sindicato viu fortalecida a sua posição em 11 locais, sendo apenas derrotada em Loulé e em Vila Real de Santo António.

«Carta Aberta» em Coimbra

Reiterada a recusa à central sindical paralela

JN 29/11/76

Com a presença de 31 direcções sindicais, realizou-se no último fim de semana, mais um plenário do movimento sindical da «Carta Aberta» que, denunciando a «técnica golpista» da Intersindical, reafirmou a sua disposição de não constituir uma «central sindical paralela». Algumas das direcções sindicais presentes autocriticaram-se pela «mobilização dos trabalhadores em torno dos princípios inscritos na «Carta Aberta», permitindo uma situação em que a massa sindical anda à deriva e consentindo numa maior margem de manobra por parte da «estrutura burocrática da Intersindical».

Foi sublinhado que o Secretariado da Inter conta «com apoios exteriores ao país», denunciando-se a sua actuação divisionista no seio do movimento sindical português. Nos Açores, inclusive, o Secretariado da Inter chegou às «ofertas de dinheiro a dirigentes sindicais e a sindicatos para lhe aderirem e participarem no Congresso».

Uma proposta apresentada na reunião da «Carta Aberta», no sentido dos «sindicatos democrá-

ticos participarem no Congresso da Intersindical», para o utilizarem como uma tribuna em defesa dos princípios daquela plataforma, viria a ser rejeitado por maioria.

A reunião aprovou ainda algumas directivas de actuação: criação de grupos interprofissionais de militantes sindicais democráticos; recusa de transformação da «Carta Aberta» numa «estrutura ou organização sindical»; promover referendos nos Sindicatos presentes à reunião que ainda não tenham definido a sua posição face ao Congresso da Inter, e intensificar as sessões de esclarecimento acerca dos objectivos e princípios do Movimento da «Carta Aberta», estando já anunciadas cerca de 50 sessões no Alentejo.

Finalmente, o plenário decidiu o alargamento da Comissão de Redacção, elegendo as representações sindicais que passam a constituí-la:

Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas; Escritórios de Lisboa, Escritórios de Faro, Escritórios do Porto, Metalúrgicos de Aveiro, Seguros do Sul, Comércio de Lisboa, Cerâmicos de Aveiro e Seguros do Norte.

EM COIMBRA

Trabalhadores e estudantes contra recuperação capitalista

Vozes 25/11/76

COIMBRA (do enviado especial) - Em manifestação unitária convocada pela União dos Sindicatos de Coimbra, trabalhadores e estudantes concentraram-se sábado passado no Pavilhão dos Olivais. As palavras-de-ordem mais ouvidas foram: «Contra os despedimentos», «pelo direito ao trabalho», «contra o congelamento dos Contratos Colectivos de Trabalho», «pela defesa da Reforma Agrária» e «pela unidade do movimento sindical».

Usaram da palavra os representantes dos sindicatos dos metalúrgicos e do comércio; da União dos Sindicatos de Coimbra e da Comissão de Luta da Academia. Todos foram unânimes em condenar, com vigor, a política do governo «que se afirma socialista» e que «em vez de defender os interesses dos trabalhadores, desenvolve uma política de recuperação capitalista, de

defesa do patronato e dos seus lucros».

RESPONSABILIZAR O GOVERNO

Por unanimidade, foram aprovadas moções de apoio incondicional à Reforma Agrária, responsabilizando o governo por qualquer quebra de produção de cereais no próximo ano e exigindo a aplicação imediata da lei das expropriações. Igualmente, foi exigida «a desocupação imediata das Unidades Colectivas de Produção (UCPs) pelas forças militarizadas, e a sua restituição aos trabalhadores; a imediata aplicação da Lei do Arrendamento Rural; o estrito cumprimento do artigo 97.º da Constituição («Eliminação dos latifúndios») e manifestando repúdio pela extinção do Serviço de Apoio e Desenvolvimento Agrário (SADA), «organismo que se

distingua no apoio prestado aos pequenos e médios agricultores do norte e centro do país».

Numa outra moção, os trabalhadores conimbricenses protestaram com energia «contra todas as medidas antioperárias que têm vindo a ser tomadas, nomeadamente a lei dos despedimentos, o aumento desordenado do custo de vida e, em geral, todas as medidas que favorecem e estimulam a recuperação capitalista». Ao mesmo tempo, os trabalhadores exigem a condenação dos torcionários da ex-Pide/DGS, o desmantelamento da rede bombista e a contenção dos criminosos que espalham o terrorismo reaccionário entre os portugueses». A moção apela ainda para a unidade de todos os trabalhadores, «com a consciência e a força de quem sabe e de quem sente que os explorados se não podem situar em lados opostos da barricada».

Por outro lado, foi feito um apelo «à discussão leal, no seio do movimento sindical, de todos os problemas que dizem respeito aos trabalhadores, na certeza de que os laços que os unem são incomparavelmente mais fortes do que as divergências que possam existir».

Os trabalhadores-estudantes também se manifestaram naquela concentração. Por proposta da Comissão de Luta da Academia, foi aprovada uma moção na qual «repudiam o decreto-burla de gestão n.º 781-A/76 e exigem a sua revogação imediata; manifestam a sua firme disposição de lutarem unidos; repudiam as restrições às entradas nas universidades (como no caso de medicina); repudiam o boicote da maioria dos órgãos de informação, que diariamente deturpam e caluniam as lutas dos trabalhadores e que pretendem agora isolar os estudantes do resto da população».

CONCENTRAÇÕES NO SÁBADO

Trabalhadores dizem "não" à recuperação capitalista

Largas dezenas de milhares de trabalhadores manifestaram-se este sábado, em Lisboa, Porto e Coimbra, contra a ofensiva de recuperação capitalista e a falta de firmeza, do Governo, declarando-se dispostos, no entanto, «a discutir e a cooperar com os órgãos do poder na definição e execução de uma política económica e social progressista que corresponda aos interesses e aspirações populares, aos interesses de Portugal democrático a caminho do socialismo».

Para tal — afirma-se numa moção aprovada em Lisboa — haverá que respeitar os direitos e interesses dos trabalhadores e do povo português, bem como «as conquistas populares e as transformações revolucionárias já realizadas», tendo como objectivo «assegurar a melhoria das condições de vida da população e do progresso e desenvolvimento do País».

Defesa do direito ao trabalho contra as medidas de liberalização dos despedimentos, denúncia da política de sabotagem do patronato no domínio da contratação colectiva, manifestação de solidariedade activa para com a Reforma Agrária, oposição ao pagamento de parte do 13.º mês em títulos do tesouro — são as maiores preocupações do povo trabalhador patenteadas nas concentrações realizadas no sábado. Milhares de pessoas lotaram os recintos do Estádio 1.º de Maio, em Lisboa, do Palácio de Cristal, no Porto, e do Pavilhão dos Olivais, em Coimbra, correspondendo, assim, à convocatória das organizações sindicais, de base, de empresa, e políticas, que promoveram ou apoiaram a iniciativa.

O desejo de cumprir e fazer cumprir a Constituição da República foi uma nota dominante nestas concentrações. Em Lisboa, por exemplo, exigiu-se, no final, a aplicação da nossa lei fundamental, «e, para tanto, que não sejam promulgados ou sejam revogados os decretos-lei do Governo que violam o direito ao trabalho e à segurança no emprego, mantendo em vigor as leis progressistas publicadas depois do 25 de Abril».

PELA REFORMA AGRÁRIA

Apoio incondicional à Reforma Agrária e solidariedade activa para com os operários agrícolas e agricultores nela

empenhados, foram denominados comuns das intervenções realizadas e nas moções aprovadas durante as concentrações.

Exigiu-se, nomeadamente, que o Governo «prossiga com as expropriações», e afirmou-se a «inquebrantável disposição de prosseguir a luta pela Reforma Agrária até às últimas consequências». Os trabalhadores declararam-se, também, dispostos a impedir que as «forças reaccionárias actuem utilizando como instrumentos órgãos do Estado que, em lugar de cumprirem a Constituição, põem em perigo o trabalho e a produção do nosso País».

A política do Governo, no tocante a esta questão, foi vivamente criticada, responsabilizando-se desde já aquele órgão do Estado «por qualquer quebra de produção de cereais no próximo ano» (moção aprovada em Coimbra). Denunciaram-se, ainda, as manobras de recuperação latifundiária desenvolvidas pelos agrários e pelas forças reaccionárias, designadamente a tentativa de provocar confrontos entre os trabalhadores e as forças militarizadas. Em Coimbra, especificamente, exigiu-se a imediata desocupação das unidades colectivas de produção e a sua restituição a quem nelas trabalha, o cumprimento da lei do arrendamento, e a aplicação do artigo da Constituição que prevê a eliminação dos latifúndios.

CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

O patronato reaccionário e as suas organizações — particularmente a CIP, a CAP e a Confederação do Comércio — foram claramente responsabilizados pelas manobras de recuperação capitalista em curso, materializadas, por exemplo, no boicote à contratação e nos despedimentos.

Os oradores imputaram algumas culpas por esta situação ao Ministério do Trabalho, cuja orientação «permite o lock-out, facilita os despedimentos sem justa causa, avaliza com o silêncio cúmplice as manobras criminosas e o avanço das forças do passado».

Segundo foi lembrado, são mais de trinta os contratos colectivos cuja negociação foi boicotada pelo patronato, afectando deste modo as condições de vida de mais de milhão e meio de trabalhadores e seus agregados familiares. Tal impasse só é possível devi-

do às lacunas da lei actualmente em vigor (Decreto-Lei n.º 164-A/76), cuja revogação imediata foi pedida. Essa diploma, na perspectiva dos trabalhadores, retira ao Ministério do Trabalho poderes de intervenção para impor regulamentação de acordo com os interesses dos trabalhadores. Como alternativa aponta-se, no essencial, o projecto de lei sobre contratação colectiva elaborado pelo Movimento Sindical e já entregue na Assembleia da República.

«A luta é de todos. Hoje os têxteis, a construção civil, as madeiras, os trabalhadores dos vinhos, os químicos, a panificação, os trabalhadores do comércio e todos aqueles que enfrentam as manobras do grande capital. Amanhã, outros sectores necessitarão do apoio de todos nós, unidos uma frente que oponha ao capital a força indestrutível dos trabalhadores organizados e decididos a lutar pelo fim da exploração capitalista», foi lembrado no Porto.

Denunciou-se igualmente a «campanha de despedimentos e de negação do direito inalienável ao trabalho, com total impunidade para os seus autores», e criticou-se a actuação do Governo neste domínio, por ter facilitado recentemente o despedimento de trabalhadores. Essa campanha, consoante foi salientado, atinge inclusivamente dirigentes e delegados sindicais. Entre os casos referidos, contam-se a Maconde, a Gevaert, e a Cambournac.

Também a situação das empresas intervencionadas e em autogestão esteve em foco. Nesse campo — disse-se — o Governo parece apostado em facilitar o regresso dos patrões e em subestimar a capacidade e iniciativa dos trabalhadores. Exemplos citados: Sanimar, Metalúrgica Duarte Ferreira, J. Pimenta, AC.

PAGAR MAIS QUEM MAIS TEM

O pagamento de parte do 13.º mês em títulos do tesouro, através de empréstimo forçado, mereceu severo repúdio por parte dos trabalhadores: «não comemos no Natal com salários de papel», foi a palavra de ordem gritada a propósito. «Não seria melhor que o Governo obrigasse a pagar mais quem mais tem?», perguntou alguém. Foi notada aliás, a ausência de medidas para fazer pagar aos capitalis-

tas o custo da crise.

«Obrigando-nos à poupança forçada o Governo, em contrapartida prepara-se para pagar aos grandes agrários e capitalistas as indemnizações que estes vêm reclamando em altos gritos e que atingem muitos milhões de contos», afirmou-se.

Moções aprovadas durante as concentrações, contemplando estes e outros aspectos, apontavam também para a «participação determinante e organizada dos trabalhadores na elaboração das leis do trabalho e a revogação de todas as leis antioperárias e contrárias à Constituição».

Ficou patente, ainda o desejo de lutar pela unidade dos trabalhadores a todos os níveis, especialmente no Movimento Sindical, «denunciando as manobras divisionistas, exigindo o fim de todas as formas de ingerência na Organização Sindical e da política do facto consumado de alterações à Lei Sindical antes da realização do Congresso de Todos os Sindicatos, e reclamando a não promulgação do decreto sobre a

Lisboa: unidade na acção em defesa dos direitos conferidos aos trabalhadores pela Constituição



Porto: repúdio unânime pelas manobras do patronato

Jornada de luta operária

NO ESTÁDIO 1.º DE MAIO

Massas trabalhadoras dizem «não» a todas as medidas antioperárias

Muitas dezenas de milhares de trabalhadores, ocorrendo ao chamamento de organizações sindicais, organizações populares de base, comissões de moradores e de trabalhadores, associações recreativas e culturais, dos secretariados da Cintura Industrial de Lisboa e da Cintura Industrial de Setúbal, e da Intersindical Nacional, concentraram-se no sábado à tarde no Estádio 1.º de Maio, em Lisboa, para «dizerem» ao Governo que não estão dispostos a pactuar com medidas antioperárias e contrárias à Constituição, as quais visam a facilitar a recuperação capitalista e latifundiária, comprometendo a construção de uma democracia rumo ao socialismo.

Culminando um amplo movimento unitário, que contou também com a adesão da comissão pró-união dos pequenos e médios empresários de Lisboa, os trabalhadores desceram à rua para se manifestarem contra o congelamento da contratação colectiva, contra o pagamento de parte do 13.º mês em títulos do Tesouro, contra os despedimentos, pelo direito ao trabalho, pela defesa e prosseguimento da Reforma Agrária. Sobre estes temas versaram as intervenções dos oradores do Estádio 1.º de Maio, o qual ostentava uma enorme tarjeta vermelha onde se lia - «Unidade na acção a força dos trabalhadores». Dezenas e dezenas de cartazes e tarjetas espalhavam-se pelo vasto recinto, indicando a presença de outros tantos sindicatos e empresas dos distritos de Lisboa e Setúbal, fundamentalmente. Ao acaso, anotámos as seguintes

empresas: Sanimar, CONLÁ, Lisnave, Arsenal do Alfeite, Corame, Guérin, Covina, Mague, Rodoviária Nacional, Operários de Curtumes de Alcanena, Electricidade de Portugal (sector de Sacavém), Nervion Portuguesa.

PELA DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA

«Avante, avante, pela Reforma Agrária», «avante, avante, rumo ao socialismo», «não comemos no Natal, com salários de papel» e «unidos e organizados venceremos», foram as palavras de ordem que a multidão mais insistentemente pronunciou.

A defesa e prosseguimento da Reforma Agrária e o repúdio pelos ataques concertados de que neste momento está a ser alvo, foram especialmente focados pelas massas trabalhadoras e operárias presentes no 1.º de Maio, que mostraram assim e mais uma vez, a sua solidariedade com os trabalhadores agrícolas e os pequenos e médios agricultores, neste caso, do Alentejo e Ribatejo. Por estrondosa aclamação foi aprovada uma moção, na qual os trabalhadores exigem que o Governo «prossiga com as expropriações, cumprindo e fazendo cumprir as leis conquistadas pelo Povo Português» e afirmam a sua «inquebrantável disposição de

prosseguir a luta pela Reforma Agrária até às últimas consequências, não permitindo que as negras forças reaccionárias actuem utilizando como instrumento os órgãos do Estado que, em lugar de cumprirem a Constituição, põem em perigo o trabalho e a produção do nosso país».

Na moção, os trabalhadores concentrados no Estádio 1.º de Maio apelam ainda para a «solidariedade activa de todos os operários, empregados, intelectuais, estudantes, de todo o Povo português, na luta que neste momento se trava no Alentejo, pelo direito ao trabalho, pela defesa intransigente da Reforma Agrária, em reuniões e assembleias, nos locais de trabalho e de residência, esclarecendo e exigindo o respeito pela legislação e Constituição, o prosseguimento do processo revolucionário rumo ao socialismo e a definitiva derrota das forças reaccionárias que ameaçam com a volta ao fascismo».

Os dirigentes sindicais que usaram da palavra evidenciaram, com clareza, as manobras de recuperação capitalista «pelo patronato reaccionário da CIP e da CAP», com a conivência do Governo, designadamente o Ministério do Trabalho que «permite o "lock-out", facilita os despedimentos sem justa causa, avaliza com o silêncio cúmplice as manobras criminosas e o avanço das forças do passado».

São cerca de trinta os Contratos Colectivos cuja negociação se encontra boicotada pelo patronato, o que prejudica no imediato os interesses de milhão e meio de

trabalhadores e respectivos agregados familiares, segundo foi acentuado. Entre esses trabalhadores afectados, desde há longos meses, contam-se os da Construção Civil e Madeiras, Metalúrgicos, Rodoviários, Químicos, Cerâmicos, Têxteis, Malhas, Cordoarias e Tapeçarias, Indústria Alimentar, Lanifícios e Vestuário, Hotelaria, Panificação, Gráficos, Fabricantes de Material Eléctrico, Garagens, Moagens, Importadores e Armazenistas de Vinhos, Mercarias, Material Electrónico, Materiais de Construção, Papel, Grossistas de Têxteis, Bebidas, Lactínios, Casas de Saúde, Ensino Particular e Empregados Forenses.

Por outro lado, como que complementando esta situação, tem vindo a recrudescer, desde o despedimento dos dezasseis trabalhadores da Têxtil Manuel Gonçalves, «uma campanha de despedimentos e de negação do direito inalienável ao trabalho, com total impunidade para os seus autores, como demonstram os casos da Maconde, Gevaert, Cambournac e Indústria

electrónica, entre outros, e, numa nova fase, os despedimentos de dirigentes e delegados sindicais e membros de Comissões de Trabalhadores».

A atitude do Governo nestes casos foi mais uma vez

verberada pelas largas massas trabalhadoras concentradas no Estádio 1.º de Maio, como o foi no caso das empresas intervencionadas ou em autogestão, em que o Governo, pelo que se vai vendo, parece apostado em facilitar o regresso dos patrões e subestimar a capacidade e iniciativa criadora dos trabalhadores, que apontam exemplos concretos: «Na Sanimar, enquanto o Ministério de Tutela negocia com o patrão o seu regresso à empresa, oferecendo-lhe um crédito de 50 mil contos, esquecendo-se todas as fraudes cometidas, mantêm-se suspensos um membro da CT e dois trabalhadores, sem motivo que o justifique, exigindo o patrão, para o seu regresso, o despedimento de mais 80 trabalhadores. Na J.Pimenta, mais de 2500 trabalhadores correm sérios riscos de cair no desemprego ou não receberem salários, devido à falta de nomeação dos gestores por parte do Estado. Chega a parecer caricato que esta empresa tenha quase um milhão de contos em carteira de encomendas e paralise as suas

obras, porque o Governo não atende às soluções apresentadas no devido tempo pelos trabalhadores. Na AC, com 2700 trabalhadores, as circunstâncias são semelhantes: comissão administrativa demissionária, ausência de financiamentos, sectores paralisados e salários em atraso. Na Metalúrgica Duarte Ferreira, com 2600 trabalhadores, apesar do plano de reconversão apresentado pelos trabalhadores há mais de um ano e reconhecido pelos órgãos do poder como trabalho notável de criatividade, vai-se adiando a solução

e provocando o subemprego forçado».

É neste quadro de recuperação capitalista e crescentes dificuldades para os trabalhadores, que o Governo minoritário PS decide pagar parte do 13.º mês em Títulos do Tesouro. Os trabalhadores - os principais atingidos com a medida, mesmo que ganhem mais de sete mil escudos - deram a resposta no sábado: «Não comemos no Natal com salários de papel». Mas para além da superficialidade da palavra de ordem, ficaram as perguntas pertinentes: «Numa altura em que o Governo põe em prática medidas de austeridade que atingem os trabalhadores, que medidas toma para fazer pagar aos capitalistas o custo desta crise? Da mesma forma que nos querem impor esta e outras medidas de restrição e de austeridade, não seria melhor que o Governo obrigasse a pagar mais, quem mais tem? Porque razão não se obrigaram os capitalistas a trocar por Títulos do Tesouro os lucros não investidos? Porque razão não se obrigam a trocar por

Títulos do Tesouro partes dos grandes arrendamentos?». «Obrigando-nos à poupança forçada - frisou um dos oradores - o Governo, em contrapartida, prepara-se para pagar aos grandes agrários e capitalistas as indemnizações que estes vêm reclamando em altos gritos e que atingem muitos milhões de contos. Trabalhar e fazer sacrifícios que contribuam para a recuperação capitalista, não estamos dispostos a isso. Estamos dispostos a trabalhar e a fazer sacrifícios na perspectiva de uma economia não capitalista com vista

vacante
29/11/76



TRABALHADORES PELA CONSTITUIÇÃO

Dezenas de milhares de trabalhadores concentraram-se ontem em Lisboa (estádio 1.º de Maio, na foto), no Porto e em Coimbra em manifestações de protesto contra as medidas antioperárias do Governo minoritário do PS. Naquelas que foram as maiores manifestações operárias dos últimos meses, foi vencedora de maneira muito clara a firmeza das classes trabalhadoras em defenderem a Constituição democrática rumo ao socialismo, a Reforma Agrária, o direito ao trabalho e o pagamento do 13.º mês em dinheiro, ao mesmo tempo eram reclamadas medidas firmes que façam pagar a crise económica a quem por ela é responsável. (Págs. 8/9)



à construção de uma sociedade mais justa a caminho do socialismo».

DEFENDER O REGIME DEMOCRÁTICO RUMO AO SOCIALISMO

No final da concentração, os muitos milhares de trabalhadores que se deslocaram ao Estádio 1.º de Maio aprovaram, por aclamação, acompanhada pelos gritos «Avante, avante, rumo ao socialismo» e «Unidos e organizados venceremos», uma outra moção que sintetiza, simultaneamente, a preocupação das massas trabalhadoras pela política governamental antioperária e a sua firme determinação em contribuir para a construção em Portugal de uma sociedade livre da exploração do homem pelo homem.

Na moção, os trabalhadores exigem: «Que o Governo e os restantes órgãos do poder revoguem imediatamente o Decreto-Lei 164-A/76 (que retira ao Ministério do Trabalho poderes de intervenção para impor regulamentação de acordo com os interesses dos trabalhadores), continuando os trabalhadores a luta para que seja aprovado, no essencial o projecto-lei sobre a contratação colectiva, elaborado pelo Movimento Sindical e já entregue na Assembleia da República; o cumprimento da Constituição e, para tanto, que não sejam promulgados ou sejam revogados, os decretos-leis do Governo que violam o direito ao trabalho e à segurança no emprego, mantendo em vigor as leis progressistas publicadas depois do 25 de Abril, de forma a reconhecer que os contratos colectivos nossem proteger de

maneira eficaz os trabalhadores contra os despedimentos; o pagamento integral do 13.º mês em dinheiro para todos os trabalhadores; e a participação determinante e organizada dos trabalhadores na elaboração das leis do trabalho e a revogação de todas as leis antioperárias e contrárias à Constituição».

Na extensa moção, os trabalhadores decidem também «lutar pela unidade do Movimento Sindical e dos trabalhadores a todos os níveis, denunciando as manobras divisionistas, exigindo o fim de todas as formas de ingerência na Organização Sindical e da política do facto consumado de alterações à Lei Sindical antes da realização do Congresso de Todos os Sindicatos e reclamando a não promulgação do decreto sobre a quotização sindical».

Após salientarem que «só com a participação, o apoio, a mobilização de energias e da capacidade criadora dos trabalhadores será possível assegurar uma vida melhor para os portugueses, consolidar a democracia, prosseguir no caminho do socialismo, garantir o triunfo definitivo da Revolução portuguesa, obra histórica do Povo trabalhador e dos militares patriotas», os milhares de trabalhadores concentrados no Estádio 1.º de Maio decidiram «apoiar a Assembleia da República, a Comissão Constitucional, o Conselho da Revolução e o Presidente da República em todas as medidas que, como é urgente, venham a tomar, dentro da Constituição, com o objectivo patriótico de defender o regime democrático, rumo ao socialismo».

Defender as conquistas da Revolução

Picnic
29/11/76

- objectivo definido no Porto

PORTO — "Os milhares de trabalhadores e as suas organizações sindicais e de trabalhadores presentes nesta jornada de luta reafirmam a sua firme vontade de defender as conquistas da Revolução, resistindo, unidos, à ofensiva do grande patronato que, por todos os meios, procura voltar ao 24 de Abril de 1974. Reafirmam a sua disposição de lutar pelo reforço da unidade do movimento sindical, conscientes de que só unidos e organizados num forte movimento sindical unitário poderão fazer frente à investida do grande capital". Esta mensagem traduz os sentimentos dos milhares de trabalhadores que, na tarde de sábado, tornaram pequena a grande nave central do pavilhão dos desportos do Palácio de Cristal, onde se concentraram para participar numa jornada de luta a que aderiram mais de sessenta sindicatos nortenhos, dezenas de comissões de trabalhadores, sindicais e de moradores, bem como outros organismos unitários de base.

Dezenas de bandeiras sindicais e disticos empunhados por trabalhadores de muitas empresas, reafirmavam a decisão dos trabalhadores de lutarem pela publicação e cumprimento dos Contratos Colectivos de Trabalho, contra os despedimentos, pelo pagamento do 13.º mês, contra os ataques às organizações sindicais, pela defesa e unidade do movimento sindical, pela defesa da Reforma Agrária.

Pacheco Gonçalves, do Secretariado da União dos Sindicatos do Porto/Intersindical e membro



da Comissão Executiva da "Jornada", abriu os trabalhos sublinhando que a concentração aderiu a esmagadora maioria do movimento sindical do distrito. Declarou que os objectivos da concentração foram delineados em reuniões anteriores do movimento sindical, em Lisboa e no Porto e que se integram na perspectiva do reforço da unidade do movimento sindical.

CONTRATAÇÃO: A LUTA É DE TODOS

A seguir, falando sobre a contratação colectiva e o congelamento de facto dos salários dos trabalhadores, o dirigente sindical ténis, Octacílio, afirmou que, neste momento, são mais de milhão e meio os trabalhadores portugueses que sofrem as consequências do boicote patronal às negociações dos novos CCTs. E precisou: «Os objectivos imediatos dos patrões são claros: em primeiro lugar, pretendem aumentar a exploração dos trabalhadores e provocar conflitos a tensões

sociais, atirando para cima dos trabalhadores todas as culpas da situação criada».

Sobre o efectivo empenho do Movimento Sindical na luta pela conquista de novos contratos e pela actualização dos salários, o dirigente ténis recordou as numerosas reuniões realizadas em todo o país com a participação de muitos milhares de trabalhadores e de representantes de centenas de organizações sindicais.

"Não ao boicote dos patrões"; "não ao aumento de preços"; "não à recuperação capitalista" — foram as palavras de ordem mais ouvidas no Palácio de Cristal, a sublinhar a intervenção do sindicalista ténis que, a finalizar, afirmou: "A luta é de todos. Hoje os têxteis, a construção civil, as madeiras, os trabalhadores dos vinhos, os químicos, a panificação, os trabalhadores do comércio e todos aqueles que enfrentam as manobras do grande capital. Amanhã, outros sectores necessitarão do apoio de todos nós, unidos numa frente que oponha ao capital a força indestrutível dos trabalhadores organizados e decididos a lutar pelo fim da exploração capitalista".

Os ataques contra a organização sindical revestem formas subtis. Prova de que os trabalhadores estão atentos é o facto de terem aprovado uma moção, lida por Gualdino Reis, presidente do Sindicato dos Motoristas do Porto, em que denuncia a recente

decisão do itinerário Conselho

de ministros, tomada no norte, e que desobriga as entidades patronais de procederem à cobrança e remessa da quotização sindical aos organismos de classe dos trabalhadores. Considerando que tal medida tem como finalidade a criação de graves dificuldades económicas ao movimento sindical e à possibilidade de fiscalização pelos sindicatos do cumprimento dos CCT e das condições de trabalho nas empresas, através dos mapas de quotização e, ao mesmo tempo, que ela constitui "uma grave cedência às exigências sobre este assunto formuladas pela CIP para, desse modo, tentar enfraquecer o movimento sindical", os trabalhadores, reunidos na jornada de luta no Porto, decidiram, por aclamação, reclamar junto dos órgãos do poder a anulação daquela determinação.

TIRAR AOS TRABALHADORES PARA DAR AOS CAPITALISTAS

Outro tema focado na jornada de luta — a questão do pagamento em títulos do 13.º mês — foi objecto de uma intervenção do dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Porto, António Jorge, que após referir os prejuízos de vária ordem que tal medida de poupança forçada implica, sublinhou ser certo que "a maioria dos trabalhadores ganha menos de sete mil escudos por mês, mas que, mesmo assim, tal imposição afectará muitos milhares de pessoas".

Noutro passo da sua intervenção, depois de recordar que o 13.º mês foi uma conquista dos trabalhadores, o dirigente dos Caixeiros do Porto declarou: "O corte do 13.º mês está

indissoluvelmente ligado à ofensiva patronal nos despedimentos, à situação existente na contratação colectiva e ao aumento generalizado do custo de vida. Fazem parte de um mesmo objectivo: a recuperação da economia numa perspectiva capitalista".

"Contra o capital, unidade sindical"; "contra os despedimentos"; "unidos venceremos", foram as expressões que sublinharam a intervenção de António Jorge, bem como a de Maria Helena, do Secretariado das Empresas em Autogestão e Cooperativas, que recordou: "Desde há um ano, vimos exigindo do governo a publicação da legislação que entregue definitivamente a gestão das empresas aos trabalhadores que deram já sobejas provas de serem mais capazes que os patrões que abandonaram ou tentaram levar ao caos tantas unidades de produção. Se não tivéssemos tomado, nas nossas mãos, a gestão de centenas de empresas, hoje não há mais alguns milhares de desempregados". Afirmou ainda em nome do Secretariado: "Hoje, como ontem, não permitiremos o regresso dos patrões, pois estes imediatamente tentariam despedir-nos".

Apoio do Norte à Reforma Agrária

"Em frente, em frente pela Reforma Agrária" — foi uma das mais sentidas e firmes palavras de ordem pronunciadas pelas mais de 20 mil pessoas que antecederam por completo o Palácio de Cristal, no Porto. Os manifestantes presentes mostraram o apoio decidido dos trabalhadores do Norte, demonstrado numa moção aprovada por unanimidade e que passamos a transcrever na íntegra:

"Os trabalhadores do Porto, reunidos em 27 de Novembro, no Palácio de Cristal, perante a ofensiva desencadeada pelos grandes agrários para liquidar a Reforma Agrária, grande conquista de todo o povo trabalhador, consagrada na Constituição e de que foram obreiros os heróicos operários agrícolas do Sul; considerando que os grandes agrários, para atingirem os seus objectivos, tentam utilizar de forma ilegal e inconstitucional o direito de reserva para desagregarem as Unidades Colectivas de Produção e procuram provocar confrontos entre os operários agrícolas e as Forças Armadas e militarizadas; considerando que o governo não assumiu uma posição de firme defesa da Constituição e da lei, antes facilitando a ofensiva dos agrários; considerando a firme

CAIXEIROS: NÃO ABDICAMOS DA SEMANA INGLESA

A caixeira Maria Fernanda fez, a seguir, uma intervenção em que apresentou a posição dos trabalhadores do sector quanto à tentativa de supressão, por parte do patronato, da semana inglesa e do descanso ao domingo. A posição dos caixeiros, neste aspecto, leva em conta os interesses dos pequenos e médios comerciantes, que representam a maioria esmagadora do sector.

"A imposição de períodos de abertura e encerramento

das mais importantes conquistas dos trabalhadores portugueses."

CAIXEIROS: NÃO ABDICAMOS DA SEMANA INGLESA

A caixeira Maria Fernanda fez, a seguir, uma intervenção em que apresentou a posição dos trabalhadores do sector quanto à tentativa de supressão, por parte do patronato, da semana inglesa e do descanso ao domingo. A posição dos caixeiros, neste aspecto, leva em conta os interesses dos pequenos e médios comerciantes, que representam a maioria esmagadora do sector.

"A imposição de períodos de abertura e encerramento



fixos", declarou aquela caixeira "iria levantar dificuldades aos pequenos e médios comerciantes, devido aos problemas de concorrência entre eles originados pela sua fraca especialização e a pequenez dos estabelecimentos".

Per isso, apela para a solidariedade de todos os trabalhadores no sentido de fazerem saber ao governo que a semana inglesa e o descanso

120 mil contos de encargos anuais e visa a criação de novas empresas, à custa dos trabalhadores, ocupando apenas os trabalhadores necessários. Enquanto os directores são aumentados de 25 para 35 contos, aos trabalhadores não são pagos os retroactivos da Portaria dos Metalúrgicos, os salários são pagos com 25 dias de atraso, o CCT do ramo automóvel não é aplicado".

Quando ao decreto sobre despedimentos recentemente aprovado pelo Governo, aquele trabalhador frisou que "o diploma, mantendo em palavras a proibição do despedimento sem justa causa, altera profundamente esse conceito, permitindo, na maioria dos casos, o despedimento imediato, através de processos sumários que não facultam, sequer o controlo dos processos disciplinares pelas organizações dos trabalhadores".

"O relançamento da economia", concluiu, "só será possível dentro de uma perspectiva socialista e esta obriga a que se realizem investimentos produtivos para a criação de novos postos de trabalho que levem à ocupação da população activa e eliminem, completamente, o desemprego".

A UNIDADE É SEMPRE

A intervenção da União dos Sindicatos do Porto, a cargo de Salgueiro Ramos do Sindicato dos Carpinteiros e membro do Secretariado, foi entrecortada por constantes apelos à unidade de todos os trabalhadores e do movimento sindical. Após falar acerca das conquistas alcançadas pelos trabalhadores em dois anos e meio de revolução aquele operário adiantou: "Se até agora, o grande capital não conseguiu levar por diante os seus intentos, isso deve-se, antes de mais, à unidade firme da classe operária e de todos os trabalhadores, à firmeza do Movimento Sindical em face das investidas das forças divisionistas, à serenidade e responsabilidade demonstrada pelos trabalhadores nas lutas que travam. Essa unidade, essa firmeza, essa serenidade, devem ser mantidas e reforçadas, no momento em que os trabalhadores portugueses têm, nas suas mãos, a grande responsabilidade da realização do Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses, que é o maior desafio à sua capacidade de organização, de

ao domingo "são conquistas contra as quais é inútil investir".

DESPEDIMENTOS OU SOCIALISMO?

Amadeu Pires, da comissão de trabalhadores da JJ Gonçalves, abordou, a seguir, a ofensiva reaccionária no campo dos despedimentos. Recordou, entre outros, os casos da Maconde, da RTP, da Ogma, da Safil de Braga e da Siemens.

"Na JJ Gonçalves", revelou, "a ameaça de despedimento de centenas de trabalhadores é uma tentativa de redução de

o grande capital não conseguiu levar por diante os seus intentos, isso deve-se, antes de mais, à unidade firme da classe operária e de todos os trabalhadores, à firmeza do Movimento Sindical em face das investidas das forças divisionistas, à serenidade e responsabilidade demonstrada pelos trabalhadores nas lutas que travam. Essa unidade, essa firmeza, essa serenidade, devem ser mantidas e reforçadas, no momento em que os trabalhadores portugueses têm, nas suas mãos, a grande responsabilidade da realização do Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses, que é o maior desafio à sua capacidade de organização, de

DESPEDIMENTOS OU SOCIALISMO?

Amadeu Pires, da comissão de trabalhadores da JJ Gonçalves, abordou, a seguir, a ofensiva reaccionária no campo dos despedimentos. Recordou, entre outros, os casos da Maconde, da RTP, da Ogma, da Safil de Braga e da Siemens.

"Na JJ Gonçalves", revelou, "a ameaça de despedimento de centenas de trabalhadores é uma tentativa de redução de

discussão democrática, de responsabilidade colectiva, no sentido da contribuição decisiva para o reforço da Unidade do Movimento Sindical, que será a melhor garantia da defesa dos interesses e conquistas das classes trabalhadoras".

"A unidade patente nesta jornada de luta que congrega trabalhadores e organizações de trabalhadores com diferentes formas de pensar concluiu o representante da USP, deve merecer de todos nós um esforço de reflexão. O que foi conseguido nesta jornada prova uma vez mais que a unidade dos trabalhadores na defesa dos seus interesses comuns é sempre possível e desejável, e é também a única forma de combater o nosso inimigo de classe, o grande capital, que não faz distinções quando nos explora".

Numa moção na qual se resumem os objectivos da jornada de luta e que foi aprovada por aclamação, considera-se que, no momento presente, algumas das mais importantes conquistas dos trabalhadores estão ameaçadas pela ofensiva generalizada e coordenada dos grandes capitalistas, que se concretiza no congelamento de facto dos salários por via do boicote patronal às negociações, no aumento constante e vertiginoso dos preços de produtos de primeira necessidade, no despedimento e tentativa de despedimento de trabalhadores, delegados e dirigentes sindicais.

Afirma-se, ainda, que a recuperação económica do País não é possível contra os trabalhadores, mas com os trabalhadores, e tendo como base o cumprimento da Constituição e a consolidação das grandes conquistas revolucionárias alcançadas desde o 25 de Abril, entre as quais se destacam as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário.

Por fim, foram reclamadas medidas firmes para impedir o boicote do grande patronato à negociação e cumprimento dos CCT, bem como para conter os preços essenciais; o pagamento integral do 13.º mês, importante conquista dos trabalhadores; a não promulgação da lei dos despedimentos aprovada pelo governo e que liquida, de facto, o princípio da proibição dos despedimentos sem justa causa; e a afectiva participação dos trabalhadores na elaboração das leis do trabalho e na definição da política económica e social.

revolucionárias alcançadas desde o 25 de Abril, entre as quais se destacam as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário.

Por fim, foram reclamadas medidas firmes para impedir o boicote do grande patronato à negociação e cumprimento dos CCT, bem como para conter os preços essenciais; o pagamento integral do 13.º mês, importante conquista dos trabalhadores; a não promulgação da lei dos despedimentos aprovada pelo governo e que liquida, de facto, o princípio da proibição dos despedimentos sem justa causa; e a afectiva participação dos trabalhadores na elaboração das leis do trabalho e na definição da política económica e social.

sindical.

CONTRATAÇÃO: A LUTA É DE TODOS

A seguir, falando sobre a contratação colectiva e o congelamento de facto dos salários dos trabalhadores, o dirigente sindical ténis, Octacílio, afirmou que, neste momento, são mais de milhão e meio os trabalhadores portugueses que sofrem as consequências do boicote patronal às negociações dos novos CCTs. E precisou: «Os objectivos imediatos dos patrões são claros: em primeiro lugar, pretendem aumentar a exploração dos trabalhadores e provocar conflitos a tensões

COM VISTA À PARTICIPAÇÃO NO CONGRESSO

*Recibo
30/11/76*

Delegados sindicais dos Seguros requerem assembleia deliberativa

Numa reunião em que participaram de forma maciça, os delegados sindicais dos Seguros do Sul decidiram requerer à direcção do respectivo Sindicato a convocação de uma assembleia geral que tenha como ponto único da ordem de trabalhos a "participação do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul no Congresso de Todos os Sindicatos". Os delegados sindicais consideram que "é em assembleia geral, que permita a participação aberta dos trabalhadores de Seguros, que este assunto deverá ser discutido e votado".

Manifestam "a mais firme posição à forma antidemocrática como o processo foi conduzido até aqui pela direcção sindical".

Na moção aprovada na reunião, os delegados sindicais dos Seguros assinalam que "os trabalhadores dos Seguros têm estado completamente à margem do processo que levou à organização do Congresso de Todos os Sindicatos"; que, "numa atitude que merece o mais vivo repúdio, a antiga comissão directiva decidiu participar nas reuniões divisionistas da

chamada "carta aberta" sem para tal ter mandato"; e que, "dentro da mesma linha, a actual direcção contrariou publicamente uma proposta dos delegados sindicais no sentido de a posição dos trabalhadores de Seguros perante o Congresso ser debatida em assembleia geral para depois, de forma habilidosa e oportunista, marcar reuniões magnas sobre o mesmo assunto, porém sem carácter deliberativo, culminando com a imposição de um "referendo".

Já em anterior plenário de delegados sindicais o mesmo tema fora abordado. Um elemento da direcção presente afirmou que não marcaria uma assembleia geral para discussão da participação no Congresso por considerar "uma traição à votação maciça que a elegeu". Posteriormente, no manifesto à classe a propósito do "referendo", marcado para 9 de Dezembro, a direcção considera que tal acto constituirá "uma adesão aos princípios da "carta aberta". De assinalar, contudo, que essa adesão não é sequer referida na

convocatória do "referendo". Esta diz apenas: "Referendo sobre a participação ou não do nosso sindicato no II Congresso da Intersindical (Congresso de Todos os Sindicatos)".

O princípio seguido pela direcção para discussão do tema "Congresso dos Sindicatos" é o seguinte: realização de reuniões magnas (uma está marcada para hoje, às 21 horas, na Voz do Operário) sem carácter deliberativo. A decisão será tomada apenas no "referendo". É contra isso que se bate o plenário de delegados sindicais, dentro do princípio de que é em assembleia geral que o assunto deve ser discutido e votado.

A REESTRUTURAÇÃO

Entretanto, a direcção sindical convocou para o mês de Dezembro nada mais nada menos que seis assembleias e reuniões magnas para discussão e aprovação do anteprojecto do Contrato Colectivo de Trabalho. Alguns trabalhadores consideram

que esta sobrecarga do calendário tem como objectivo evitar o debate de um dos problemas que, neste momento, mais preocupa os trabalhadores de Seguros: a reestruturação do sector. Recorda-se que o anteprojecto de reestruturação, que prevê a fusão de companhias, foi elaborado pelo Instituto Nacional de Seguros e distribuído, quase em segredo, aos conselhos de gestão das companhias.

Sobre esse assunto também já os delegados sindicais tomaram posição. Em moção aprovada na última reunião, "repudiam a forma antidemocrática utilizada pelo Instituto Nacional de Seguros para desenvolver o processo de reestruturação da indústria seguradora" e "manifestam a sua firme intenção de evitar que a reestruturação seja feita sem a participação activa dos trabalhadores". Nesse sentido, os delegados sindicais "solicitam a direcção a marcação urgente de uma assembleia geral para análise da situação e tomada de posição dos trabalhadores".

PUB. **SINDICATO DOS ESTIVADORES E BARQUEIROS DO DISTRITO DE SETÚBAL**

CONVOCAÇÃO

*Recibo
30/11/76*

De harmonia com o disposto no Art.º 17 e para o efeito da alínea b) do n.º 2 dos Estatutos, convoco todos os Sócios deste Sindicato para uma reunião de Assembleia Geral Extraordinária, a realizar no edifício do INATEL em Setúbal, no próximo dia 5/XII/76, pelas 09.00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º — Esclarecimento sobre o 13.º mês.
- 2.º — Aprovação da nossa participação no Congresso de Todos os Sindicatos.
- 3.º — Declarações a prestar, pelos discordantes com a actual Direcção.

Se à hora indicada não se encontrar presente a maioria dos Sócios, a mesma funcionará 00.30 minutos depois, de harmonia com o disposto do n.º 2 do Art.º 19.

Setúbal, 26 de Novembro de 1976

Pel'O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Raúl Joaquim Viegas

PUB.

*Recibo
30/11/76*

União dos Sindicatos de Viana do Castelo Intersindical

AOS TRABALHADORES DO DISTRITO DE VIANA DO CASTELO

TESES DO CONGRESSO

Participa no Congresso de Todos os Sindicatos, discutindo as teses que estão a ser distribuídas pelos sindicatos.

Se ainda não as recebeste, dirige-te ao teu sindicato, onde as mesmas te serão entregues e onde serás informado das datas das reuniões para a sua discussão. Dá as tuas sugestões sobre cada um dos temas que elas abordam e envia-as ao teu sindicato até ao dia 15.12.76

União dos Sindicatos de Viana do Castelo

Carta Aberta rejeita estruturas paralelas

Seculo 30/11/76

Com a participação de algumas dezenas de delegados de vinte e quatro sindicatos, realizou-se, em Coimbra, um encontro de aderentes da «Carta Aberta», para análise global da situação sindical, definição de linhas de actuação imediata com vista à concretização, através da participação activa dos trabalhadores portugueses, dos princípios decorrentes daquele documento, e estudo da estratégia regional de concretização das linhas de actuação. Este último ponto não chegou a ser suficientemente discutido, pelo que foi marcado um novo encontro, para data a definir, e que como os anteriores deverá realizar-se em Coimbra, devido à situação central desta cidade.

O plenário adiantou passos no sentido da concretização dos princípios de liberdade, autonomia, democracia e de unidade definidos pela Carta Aberta, e de integração desses princípios no movimento sindical ao qual forneceu uma proposta de alternativa de organização oposta à actual situação de controlo burocrático e de entendimento partidário — conforme observou Vítor Gonçalves, que, com José Luís Gaspar e Jo-

de uma verdadeira unidade na base dos próprios sectores de actividade.

As linhas de actuação nele definidas, para imediata aplicação, são no sentido, de dinamizar os trabalhadores para serem eles mesmos a definir se devem ou não os seus sindicatos participar no Congresso que está a ser organizado pela Intersindical. «Com esse Congresso, nós, direcções sindicais, que defendemos os princípios da Carta Aberta, não nos sentimos solidários, como é há muito sabido» — esclareceu Vítor Gonçalves.

— Defendemos que os trabalhadores, organizadamente, dentro dos seus sindicatos, lutem por grandes assembleias de massas, por referendos, por toda uma metodologia prática que leve a obter posição maioritária dos respectivos trabalhadores face à actual situação sindical, face a um problema tão

grande como é o II Congresso da Intersindical.

A observação de um jornalista respondeu a aquele dirigente sindical que a Carta Aberta rejeita categoricamente estruturas paralelas:

— Se há trabalhadores que nesta altura estão confundidos a esse respeito, a confusão deve-se não a nós mas a quem os quer dividir, não a nós mas, por exemplo, a um jornal como «O Diário» que se serve de um movimento autónomo dos trabalhadores para fazer anedotas, anedotas que levem efectivamente a atrelar os trabalhadores à política burocrática da Intersindical.

As conclusões finais deste encontro, ainda sem redacção definitiva, serão fornecidas aos órgãos de comunicação social, durante uma conferência de imprensa a realizar na capital, possivelmente na próxima quinta-feira.

ESCRITÓRIOS DE FARO DIZEM «NÃO» AO CONGRESSO

O referendo organizado pelo Sindicato Livre dos Empregados de Escritório do Distrito de Faro, destinado a auscultar a opinião da classe sobre o Congresso dos Sindicatos, deu a vitória à linha da «Carta Aberta», impondo, em consequência, a não participação do Sindicato no Congresso.

Dos 931 votos entrados nas urnas das treze mesas, 581 (63 por cento) foram favoráveis à «Carta Aberta» e 325 à participação no Congresso. O Sindicato conta com cerca de 3500 filiados.

Recordamos que um grupo de sócios de Portimão divulgara um comunicado apelando à recusa do referendo, que consideravam antiestatutário, e acusando a direcção de «fugir» a uma assembleia geral, ante tão importante problema — diziam — devia ser amplamente discutido.

ESCRITÓRIOS: SIM À QUOTA À INTER

P. Raposo
30/11/76

A última assembleia geral do Sindicato dos Escritórios do Sul aprovou uma moção, na qual se exige à direcção a inclusão no orçamento do próximo ano de uma verba destinada ao pagamento de quotas à Intersindical.

Esta decisão é contestada pela direcção, com base nos resultados do referendo do dia 18, que apontaram para a saída do sindicato da Intersindical.

Recordamos que o referendo foi contestado numa reunião geral de sócios por «violar os estatutos do sindicato». Foram também apresentados dois pedidos de impugnação que não obtiveram, ainda, qualquer resposta de parte do conselho fiscalizador.

Na proposta aprovada na assembleia de anteontem, os sócios criticaram «severamente os corpos gerentes do sindicato pelas suas atitudes divisionistas e incapacidade sindical».

Quem participou

Os delegados participantes no encontro representavam os seguintes sindicatos: Escritórios de Lisboa, Panificação de Faro, Engenheiros Técnicos do Norte, Bancários do Sul e Ilhas, Hotelaria do Porto, Vila Real e Bragança, Vidreiros de Aveiro, Ajudantes e Despachantes, Cerâmicos de Aveiro, Escritórios do Porto, Braga e Coimbra, Comércio de Lisboa, Técnicos de Topografia, Professores de Lisboa, Técnicos de Vendas de Lisboa e Porto, Escritório e Comércio de Leiria, Seguros do Norte, Fogueiros do Sul, Seguros do Sul, Garagens de Porto, Aveiro e Braga, Rodoviários e comissão pré-sindical da Câmara Municipal de Lisboa.

se Viana, este do Sindicato de Escritórios do Porto, dirigiram os trabalhos.

— explicar, no fim dos trabalhos, em conversa com os jornalistas, a forma como decorreu o encontro, Vítor Gonçalves

CHIKOBONÉ

Picasso 30/11/76



GOVERNO FAZ PRESSUPOR CISÃO SINDICAL

D. Popular
30/11/76

— acusa a Inter

Num comunicado, agora tornado público, a Intersindical esclarece a razão por que se recusou a participar na mesa-redonda promovida pela Secretaria de Estado do Planeamento e da População. Segundo o comunicado da Intersindical, esta resolveu não comparecer ao saber que o Governo convidara, além da Inter, direcções afectas à «Carta Aberta», contrariando o que fora decidido num plenário geral de sindicatos.

Para a Intersindical, este convite à «Carta Aberta», lado a lado com a Inter, «quer fazer pressupor não só a cisão do movimento sindical como ainda a existência, de facto, de outra central sindical».

QUOTIZAÇÃO

Num outro comunicado, relativo à cobrança de quotas sindicais para os sindicatos, a Inter toma posição sobre a recente decisão governamental, afirmando que a alteração do procedimento actual «constitui uma clara ingerência do poder político no movimento sindical, contraria os interesses dos trabalhadores e foi tomada sem que os mesmos fossem ouvidos, como estipula a Constituição. Ao decretá-la — conclui a Inter — o Governo não desconhece que tal contraria o que está acordado em inúmeras convenções de trabalho celebradas entre os sindicatos e o patronato pretendendo visar o enfraquecimento do

movimento sindical e obrigar a criação de um dispendioso mecanismo burocrático cuja necessidade os trabalhadores tinham já ultrapassado na sua luta».

**NACIONAL RÁDIO,
S. A. R. L.**

Segundo um comunicado difundido pela Intersindical, a comissão intersindical da Nacional Rádio, S. A. R. L., «foi convocada, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 471/76, de 14/6, que visa a reintegração de fascistas saneados, para comparecer no chamado «gabinete coordenador da revisão dos saneamentos nas empresas», órgão do Ministério do Trabalho, a fim de depor no processo de apreciação das circunstâncias que conduziram ao saneamento de 19 trabalhadores daquela empresa».

Segundo o mesmo comunicado, a comissão Intersindical, porém, recusou-se a comparecer «em virtude de considerar inconstitucional o referido decreto-lei, posição esta publicamente assumida pelo movimento sindical». Na sua resposta — conclui-se — a comissão afirma ainda entender que, «nos termos da Constituição da República, só os tribunais têm poderes jurisdicionais, pelo que qualquer acto praticado pelo ministro do Trabalho que envolva o uso de tais poderes, como é o caso presente, é inconstitucional».

SINDICATO DOS TELEFONISTAS E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO NORTE

CONVOCATÓRIA

30/11/76

Considerando que existe a impossibilidade de todos os associados do Sindicato, devido a laborações contínuas, comparecerem à hora normal das Assembleias gerais para deliberarem sobre o caminho a seguir nas suas pretensões sindicais, estando neste caso cerca de 600 telefonistas (TLP e empresas privadas) e havendo um pedido de assembleia subscrito por 258 telefonistas dos TLP para decidir da participação ou não da Direcção no Congresso dos Sindicatos (II da Intersindical) — «vide 3.º ponto da Ordem de Trabalhos da CNOG — Reestruturação da Intersindical».

- Convoco todos os associados deste Sindicato para um referendo sobre o «Congresso dos Sindicatos».
- Participação da Direcção do Sindicato nas reuniões da CNOG ou da CARTA ABERTA.
- Este referendo processar-se-á em Assembleia Extraordinária de voto a realizar na sede do Sindicato, à Rua da Picaria, 101-1.º, das 8 às 20 horas do dia 10 de Dezembro de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
MANUEL ANTÓNIO RODRIGUES FERREIRA

Escritórios de Braga dizem não ao Congresso da Intersindical

Em assembleia geral expressamente convocada para o efeito, os trabalhadores do Sindicato dos Escritórios de Braga recusaram a participação da sua associação de classe no próximo Congresso da Intersindical, reafirmando a sua posição de apoio à «Carta Aberta». Da ordem de trabalhos do plenário constava, com efeito, a discussão, apreciação e deliberação sobre a participação ou não no Congresso.

Apesar de a direcção ter formulado uma proposta apontando para a participação crítica, considerando que os estatutos da C.N.O.C. não asseguram um mínimo de democracia, a assembleia deliberou, por essa mesma razão, a abstenção àquele Congresso.